

XXIV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – XXIV ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 3 – Mediação, Circulação e Apropriação da Informação

DESINFORMAÇÃO, COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E POLÍTICA: ANÁLISE A PARTIR DA PERSPECTIVA DOS DOCENTES DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* DA ÁREA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

DISINFORMATION, INFORMATION LITERACY AND POLICY: ANALYSIS FROM THE PERSPECTIVE OF TEACHERS OF STRICT SENSU POSTGRADUATE PROGRAMS IN THE AREA OF INFORMATION SCIENCE

Júlia Schettino Jacob dos Santos – Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Marta Leandro da Mata – Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: A desinformação tem repercutido de forma negativa em várias esferas da vida dos sujeitos, podendo influenciar na tomada de decisão quanto às questões sociais, políticas, ideológicas, sanitárias, entre outras. O objetivo desta pesquisa é identificar os impactos da desinformação na decisão política dos sujeitos a partir da perspectiva de docentes que ministram disciplinas sobre competência em informação e/ou desinformação nos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação do Brasil. Trata-se de uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, utilizando-se a aplicação de entrevistas semiestruturadas e a análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin. Identificou-se alguns elementos contextualizadores (sujeitos, veículos de mídia e características da desinformação) e seus desdobramentos relacionados aos três níveis de impacto (micro, intermediário e macro) das informações falsas na decisão política dos sujeitos. Além disso, os docentes abordaram alguns aspectos essenciais para a prevenção da desinformação, como interesse pessoal, desenvolvimento da competência em informação e regulação das mídias. Considera-se que mais estudos que correlacionem a desinformação à política e à competência em informação devem ser realizados para que seja possível compreender e evitar a proliferação e a apropriação de informações falsas.

Palavras-chave: desinformação; competência em informação; política.

Abstract: Disinformation has had a negative impact on various spheres of people's lives, potentially influencing decision-making regarding social, political, ideological, health issues, among others. The objective of this research is to identify the impacts of disinformation on subjects' political decisions from the perspective of professors who teach courses on information competence and/or disinformation in Postgraduate Programs in Information Science in Brazil. This is an exploratory research with a qualitative approach, using semi-structured interviews and content analysis proposed by Laurence Bardin. Some contextualizing elements (subjects, media outlets and

characteristics of disinformation) and their developments related to the three levels of impact (micro, intermediate and macro) of false information on subjects' political decisions were identified. Furthermore, teachers addressed some essential aspects for preventing disinformation, such as personal interest, development of information competence and regulation of communications. Consider that more studies that correlate disinformation with information literacy must be carried out so that it is possible to understand and avoid the regularity and appropriation of false information.

Keywords: disinformation; information literacy; policy.

1 INTRODUÇÃO

A desinformação tem repercutido nas mais variadas esferas da vida cotidiana dos sujeitos. Diversos casos de utilização de informações falsas como instrumento de influência política, ideológica e de vantagem econômica vêm sendo observados não somente em contexto nacional, mas de forma global. No contexto político, por exemplo, Alcott e Gentzkow (2017) afirmam que, nas eleições americanas de 2016, a desinformação a respeito de determinados candidatos interferiu no resultado das urnas. Observa-se que agentes propagadores de desinformação têm obtido lucros a partir da disseminação de *fake news* com conteúdo parcial ou totalmente falso sobre diversos assuntos, incluindo aspectos políticos (Alcott; Gentzkow, 2017). Compreende-se que a desinformação pode afetar os indivíduos e o contexto em que estão inseridos, fragilizando os princípios democráticos e o bem-estar social.

O desafio de conter a propagação de desinformação tem mobilizado instituições públicas e privadas de caráter governamental, tecnológico, educacional, entre outros, na tentativa de conter os avanços e os impactos das informações falsas. Preza-se pelo desenvolvimento de softwares capazes de detectar conteúdos enganosos e pela formação de sujeitos capazes de agir em prol do bem-estar individual e social diante das demandas complexas relacionadas à desinformação.

No que se refere especificamente à Ciência da Informação, notam-se os diversos esforços em nível teórico, conceitual, metodológico e prático para o enfrentamento às informações falsas. Uma das saídas frequentemente abordadas para a prevenção da desinformação tem sido a competência em informação que está atrelada à construção de habilidades de natureza crítica e reflexiva diante das informações disponíveis em diferentes meios e formatos, propondo discussões sobre a ética na produção, no uso e no compartilhamento de informações.

Vitorino e Piantola (2009) afirmam que o conceito de competência em informação ultrapassa a noção de conjunto de habilidades informacionais, referindo-se a “uma ferramenta essencial na construção e manutenção de uma sociedade livre, verdadeiramente democrática, em que os indivíduos fariam escolhas mais conscientes e seriam capazes de efetivamente determinar o curso de suas vidas” (Vitorino; Piantola, 2009, p. 136).

Neste sentido, o objetivo desta pesquisa é identificar os impactos da desinformação na decisão política dos sujeitos a partir da perspectiva de docentes que ministram disciplinas sobre competência em informação e/ou desinformação nos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* na área de Ciência da informação do Brasil. A escolha pelos referidos docentes ocorreu devido a sua representatividade, visto que passaram por extenso processo de formação acadêmica e profissional, vivenciando diversos contextos políticos em sentido governamental e cotidiano.

Além disso, partiu-se do pressuposto de que os docentes possuem experiência com relação ao desenvolvimento de habilidades e atitudes dos discentes, visto que atuam como sujeitos formadores no que se refere à competência em informação e/ou à desinformação. Destaca-se que este trabalho está relacionado a um projeto maior, realizado no âmbito de um Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação.

2 DESINFORMAÇÃO, POLÍTICA E COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

A desinformação tem sido utilizada como estratégia de manipulação ideológica, política e econômica, fragilizando os princípios democráticos. Pesquisadores de diversas áreas do conhecimento têm se preocupado em entender este fenômeno, compreendido como um problema que pode causar prejuízos sociais, políticos, econômicos, sanitários, entre outros, de ordem individual e coletiva. Na Ciência da Informação, os estudos acerca da desinformação se intensificaram a partir de 2018, tendo poucas publicações difundidas em períodos anteriores (Heller; Jacobi; Borges, 2020).

Conforme Heller, Jacobi e Borges (2020), nos anos 2000, a literatura ainda escassa acerca da desinformação na CI abordava o conceito sob a perspectiva da falta de informação. Neste viés, a desinformação estaria alinhada à falta de interesse e/ou de capacidade do indivíduo na busca pela informação por não saber da existência de informações sobre determinados assuntos (Heller; Jacobi; Borges, 2020; Pariser, 2012).

Contudo, ao longo dos últimos anos, o conceito agregou novas concepções em conformidade com os problemas informacionais potencializados pelas conexões virtuais como alto volume de informações distorcidas, conteúdos fabricados, enganosos, com ou sem intenção de causar danos, para obtenção de vantagem econômica e/ou política ou não (Brisola; Bezerra, 2018; Heller; Jacobi; Borges, 2020).

Atualmente, a literatura apresenta três concepções principais acerca da desinformação, a saber: *disinformation*, que se refere à informação falsa propositalmente divulgada para enganar pessoas; *misinformation* que está relacionada à disseminação de informações falsas sem a consciência de sua inveracidade por parte de quem a divulga (Valente, 2019); e *malinformation* ou má-informação que se relaciona à divulgação de dados pessoais e/ou sigilosos com objetivo de afetar a reputação de determinado sujeito ou de grupos sociais (Wardle, 2017).

Compreende-se que as informações falsas podem interferir na esfera política. Chauí (2018) aborda a pluralidade de significados deste conceito, por vezes utilizado de forma superficial, relacionando-se às atividades específicas realizadas por determinado tipo de sujeito (político), à forma com que algumas instituições organizam suas práticas (política universitária, política da empresa, etc.), etc.

Entretanto, a autora apresenta três abordagens sobre política, a saber: 1) ação de governantes, bem como ações da coletividade em apoio ou contrárias à autoridade governamental e/ou à forma do Estado; 2) atividades realizadas por especialistas como gestores públicos ou políticos pertencentes a partidos que disputam o direito de governar; 3) sentido pejorativo em que é vista pela perspectiva da conduta duvidosa, dotada de interesses particulares e, frequentemente, contrários aos interesses gerais da sociedade (comumente denominada como “politicagem”) (Chauí, 2018). Aranha e Martins (2009, p. 267) afirmam que a política está ligada às relações de poder, sendo que o poder é “[...] a capacidade ou a possibilidade de agir, de produzir efeitos desejados sobre indivíduos ou grupos humanos”. Acredita-se que o impulsionamento da disseminação de informações falsas contribui para a manipulação política e ideológica, sendo que estão “[...] moldando a tomada de decisão das pessoas (na hora de votar, de decidir pela adesão ou não a blocos econômicos, de tomar cuidados com a saúde) [...]” (Araújo, 2021, p. 101).

Neste sentido, compreende-se que a competência em informação pode ser uma saída viável e eficaz para a prevenção da desinformação, “favorecendo a construção da

criticidade, legalidade e ética dos indivíduos nos processos de busca, apropriação e compartilhamento da informação em diferentes suportes e meios” (Santos; Mata, 2023, p. 23). Vitorino e Piantola (2011) abordam quatro dimensões da competência em informação que se completam, a saber: técnica, estética, ética e política. Em linhas gerais, a dimensão técnica está ligada às habilidades práticas de interação com o universo informacional como buscar, utilizar e disseminar a informação. A dimensão estética relaciona-se às questões subjetivas entre o indivíduo e os modos como ele lida com a informação, bem como seus modos de expressá-la em âmbito coletivo. A dimensão ética refere-se à produção, ao uso e ao compartilhamento responsável das informações. Por fim, a dimensão política diz respeito à postura crítica dos indivíduos diante das informações e da participação deles nos processos democráticos e no exercício da cidadania (Vitorino; Piantola, 2011).

Acredita-se que o desenvolvimento destas dimensões pode contribuir para a prevenção da desinformação, possibilitando aos sujeitos exercerem uma postura crítica desde o processo de reconhecimento de suas necessidades informacionais até a apropriação e disseminação dos conteúdos na web (Santos; Gerlin; Mata, 2022).

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa de cunho exploratório, visando trazer subsídios que ampliem as ideias sobre os impactos da desinformação a partir da perspectiva e das vivências de docentes de pós-graduação *stricto sensu* em Ciência da Informação do Brasil que ministram disciplinas relativas à desinformação e/ou à competência em informação. Quanto à abordagem, o estudo caracteriza-se como qualitativo, buscando aprofundar-se nos significados, nas ações e relações humanas (Minayo, 2002).

Para identificar os docentes responsáveis pelas disciplinas, acessou-se a Plataforma Sucupira, buscando-se pela seção “Cursos avaliados e reconhecidos” e por “área de avaliação”, selecionando-se a opção “Comunicação e Informação”, visto que a Ciência da Informação está incluída neste campo de conhecimento conforme estruturação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Acessou-se a seção relativa à Ciência da Informação, identificando-se um total de 24 instituições que disponibilizam 27 programas de pós-graduação *stricto sensu* na referida área, sendo compostos por 19 mestrados acadêmicos, oito mestrados profissionais e 13 doutorados acadêmicos.

Após a identificação dos Programas de Pós-Graduação e dos cursos de mestrado e doutorado, acessou-se o site oficial de cada instituição, buscando-se pela seção relativa às disciplinas ofertadas, estrutura curricular, matriz curricular, planos de ensino e denominações afins, a fim de verificar quais os componentes curriculares ofertados por estes programas estão relacionados à desinformação e/ou à competência em informação. Identificou-se 21 disciplinas relacionadas às temáticas, sendo que 18 tratam da competência em informação, duas abordam a desinformação e uma apresenta os dois conteúdos de forma explícita. Entretanto, após contato com as instituições, verificou-se que 16 disciplinas estavam ativas, tendo 16 docentes como responsáveis pela condução das aulas. Contatou-se os docentes responsáveis pelas disciplinas e sete aceitaram participar da pesquisa. O projeto ao qual esta pesquisa está inserida passou por devida aprovação em Comitê de Ética, cujo número de protocolo será divulgado caso este trabalho seja aprovado, respeitando-se a avaliação às cegas.

A fim de coletar os dados com os docentes, elaborou-se um roteiro de entrevista semiestruturado, explorando-se questões relacionadas à desinformação e à política, tendo-se um recorte de duas perguntas para a apresentação parcial dos resultados desta pesquisa no XXIV Enancib. Com relação à análise, utilizou-se os pressupostos da análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin, a qual divide-se em três fases: “pré-análise”, “exploração do material” e “tratamento dos resultados, inferência e interpretação”.

A primeira fase, pré-análise, visou sistematizar as primeiras ideias sobre o que se pretendia analisar, sendo o momento da escolha das fontes de informação da estruturação dos processos posteriores. Já a fase de exploração do material referiu-se à aplicação dos processos idealizados, além da codificação e da categorização do conteúdo. Utilizou-se a primeira e a segunda fase da análise de conteúdo, às quais possuem caráter organizativo, para definir as categorias e examiná-las para confirmar sua adequação conforme os objetivos da pesquisa. Na última etapa, a do tratamento, pretendeu-se significar os dados brutos realizando-se sínteses dos relatos dos docentes. Realizou-se inferências de modo a formular interpretações sobre os elementos extraídos da fonte de coleta (Bardin, 2016).

Os dados coletados por meio da aplicação das entrevistas foram divididos em três categorias, a saber: elementos contextualizadores; níveis de impacto da desinformação na decisão política dos sujeitos; e formas de prevenção dos impactos da desinformação. A criação destas categorias possibilitou a organização dos relatos dos docentes, fornecendo

condições para discussões com a literatura sobre desinformação e política. Os resultados foram apresentados na seção seguinte.

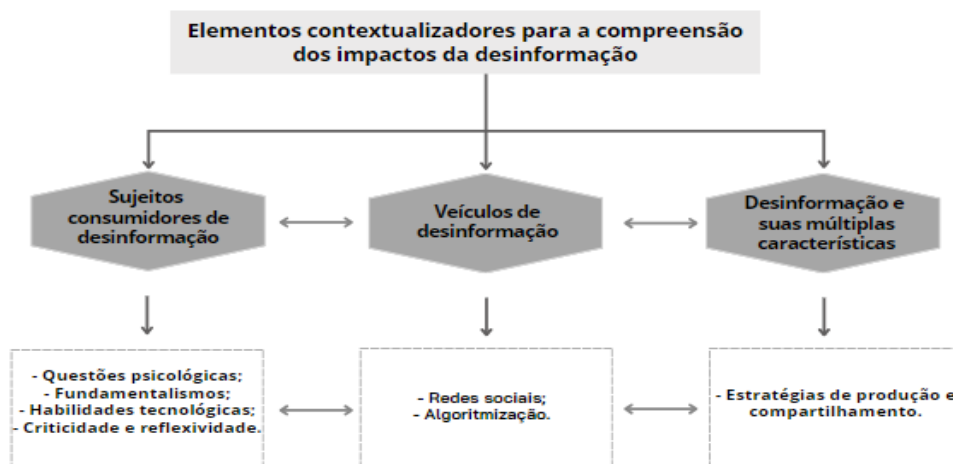
4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os sete docentes que ministram disciplinas sobre competência em informação e/ou desinformação foram convidados a discorrer sobre a relação entre as informações falsas e a decisão política das pessoas. As respostas foram divididas em três categorias principais, apresentadas nas subseções a seguir: 1) **elementos contextualizadores**, que representam um pano de fundo para a compreensão da desinformação e seus efeitos; 2) **níveis de impacto da desinformação na decisão política dos sujeitos**, referente às implicações das informações falsas no que tange à percepção e às escolhas de âmbito político; 3) **formas de prevenção dos impactos da desinformação**, que se relaciona aos modos de evitar a proliferação e apropriação das informações falsas.

4.1 Elementos contextualizadores

Inicialmente, os docentes demonstraram que, para compreender os impactos da desinformação na decisão política, é necessário entender alguns aspectos contextuais, como: quem são os sujeitos que consomem desinformação; a lógica de funcionamento dos veículos de mídia; e as características das informações falsas. Os relatos dos docentes propiciaram reflexões que, na visão deles, precisam ser aprofundadas para que seja possível delinear os impactos da desinformação nas decisões políticas dos sujeitos. A Figura 1 apresenta estas informações:

Figura 1 – Elementos contextualizadores para compreensão dos impactos das informações falsas



Fonte: elaborado pelas autoras (2024).

Os elementos contextualizadores relacionados aos sujeitos que consomem desinformação relacionam-se às questões psicológicas, que se relacionam à reafirmação de crenças pessoais, independente da verificabilidade e confiabilidade do “corpus” de informação que estruturam as opiniões. Neste sentido, o consumo de informação ocorre de forma restrita, buscando-se por conteúdos alinhados às suas próprias opiniões políticas (Tucker *et al.*, 2018). Este fato pode favorecer a apropriação de informações falsas, independente da fidedignidade do conteúdo.

Além disso, os fundamentalismos também foram abordados, sendo caracterizados como ideias rígidas e/ou extremistas acerca de diversos assuntos como política, religião, etc., gerando-se discursos de ódio e polarização política. As habilidades tecnológicas foram mencionadas e, inclusive, correlacionadas com os fundamentalismos, destacando-se as dificuldades encontradas por pessoas que não têm acesso aos equipamentos eletrônicos ou que não nasceram na “era da internet”. Não obstante, os docentes mencionaram questões sobre criticidade e reflexividade, discorrendo sobre os desafios quanto à promoção da consciência crítica e reflexiva dos sujeitos.

No que se refere aos veículos de desinformação, os docentes mencionaram as redes sociais digitais como espaços propícios e “livres” para a produção, o uso e o compartilhamento de informações distorcidas e/ou completamente falsas. Já a algoritmização foi abordada como elemento propulsor de discursos de ódio, polarização política e disseminação de *fake news*, sendo que algumas possuem mais engajamento do que notícias verdadeiras. Wardle (2017) afirma que a produção e divulgação coordenada de desinformação, por vezes, impulsionada pela algoritmização, “engana” e exaure o cérebro, fazendo com que os sujeitos procurem atalhos psicológicos para promover a validação de grandes volumes de informação. “Quando vemos várias mensagens sobre o mesmo assunto, nossos cérebros usam isso como um atalho para a credibilidade. Deve ser verdade, dizemos – já vi essa mesma afirmação várias vezes hoje” (Wardle, 2017, sem paginação, tradução nossa).

Por último, os docentes abordaram as múltiplas características da desinformação, mencionando as estratégias de produção e compartilhamento utilizadas para convencer e/ou influenciar opiniões sobre diversos assuntos, principalmente a política. Ressaltam-se as estratégias linguísticas como o uso de termos específicos e suficientemente chamativos, além dos recursos visuais, como a utilização de cores vibrantes e imagens marcantes.

Compreende-se que os elementos de contextualização mencionados permitem uma visão ampla a respeito das condições necessárias para que a produção, a apropriação e o compartilhamento de desinformação ocorram. Acredita-se que os aspectos mencionados pelos docentes estão diretamente relacionados, colaborando para o reforço de determinadas opiniões, crenças e decisões que afetam o sujeito individual e coletivamente.

4.2 Níveis de impacto da desinformação na decisão política dos sujeitos

A desinformação pode ser caracterizada como um fenômeno nocivo, capaz de prejudicar os sujeitos em diversos âmbitos do cotidiano, como o pessoal, o social, o político, o sanitário, entre outros. Os elementos contextualizadores explicitados pelos docentes por meio de entrevista permitiu a visualização de três níveis de impacto da desinformação na decisão política dos sujeitos, a saber: micro, intermediário e macro.

O “**nível micro**” diz respeito às escolhas relacionadas às decisões pessoais, bem como as questões que permeiam o ambiente familiar e/ou de relações sociais mais próximas e íntimas. A partir da apropriação de informações distorcidas, manipuladas ou totalmente falsas, os sujeitos podem construir, internalizar e reafirmar opiniões equivocadas ou crenças marcadas por preconceitos e extremismos, culminando em decisões pessoais prejudiciais como, por exemplo, optar por não se vacinar diante de uma pandemia.

Já o “**nível intermediário**” refere-se aos posicionamentos e às escolhas relativas às relações sociais mais “alargadas”, como no ambiente profissional, social, etc. As crenças e opiniões internalizadas por meio da apropriação de desinformação (no nível micro) contribuem para atitudes prejudiciais em outras esferas do convívio social (nível intermediário), sobressaindo-se a intolerância a grupos que pensam de maneira distinta e a construção de ideias coletivas equivocadas por terem sido criadas por meio da desinformação.

O “**nível macro**” aborda as decisões mais abrangentes, interferindo em questões políticas que permeiam toda a sociedade, como: a) múltiplas violências, incluindo discursos de ódio e preconceito; b) reforço da polarização política; c) ações antidemocráticas por motivo de não aceitação de processos democráticos; d) crises e/ou piora de situações de crise por meio do amplo compartilhamento de informações falsas sobre determinados acontecimentos políticos.

Ressalta-se que os três níveis de influência da desinformação na decisão política mencionados pelos docentes estão interligados, visto que as escolhas de âmbito pessoal podem interferir em âmbito coletivo e o oposto também é válido. Na mesma concepção, compreende-se que o sujeito informacional tem papel ativo com relação à construção e reconstrução nos âmbitos informacional e social, constituindo e sendo constituído pelo meio em que convive a partir de uma relação dialógica (Berti, 2018; Araújo, 2012).

As decisões pessoais podem ser compreendidas como políticas, visto que podem produzir efeitos sobre o próprio sujeito e o mundo social (Aranha; Martins, 2009). Quando um indivíduo, apropriando-se de informações falsas, escolhe determinados representantes políticos, dissemina determinados discursos desconexos da realidade ou quando realiza certas ações no campo social, impacta a si mesmo e à comunidade em que está inserido. Isso contribui para a perpetuação de falsos consensos que, mesmo com a apresentação de provas e fatos opostos (informações fidedignas), são amplamente disseminados e apropriados.

4.3 Formas de prevenção dos impactos da desinformação

Além da contextualização inicial e da visualização dos níveis de impacto da desinformação a partir da perspectiva dos docentes que ministram disciplinas sobre competência em informação e/ou desinformação nos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* na área de Ciência da Informação brasileiros, os docentes apresentaram ideias sobre como evitar a proliferação de informações falsas. Identificaram-se três perspectivas: o interesse pessoal; o desenvolvimento da competência em informação; e a regulamentação das mídias.

O **interesse pessoal** em checar as informações foi apontado como fator essencial para que o indivíduo construa opiniões baseadas em informações verificáveis. Acredita-se que esse interesse pode ser o fator propulsor para uma postura crítica diante do grande volume de informações existentes. Fagundes *et al.* (2021) afirmam que os sujeitos podem ter “[...] dificuldades em atualizar sua opinião à luz dos fatos em um contexto de fortes convicções, de polarização, de diminuição da confiança nas instituições ou de conflitos políticos e embates morais atravessados por questões tecnocientíficas”. Portanto, a internalização do interesse e a busca constante por uma postura reflexiva foram apontados como pontos de partida para minimizar o consumo e os efeitos da desinformação.

Os docentes também se referiram ao **desenvolvimento da competência em informação** como elemento indispensável aos sujeitos. A informação falsa pode ter um impacto maior que a informação verdadeira. Por isso, o desenvolvimento da reflexividade, da ética e da responsabilidade, sobretudo por meio da competência em informação, torna-se fundamental para a prevenção da desinformação.

Um dos docentes entrevistados compreende que a desinformação pode ser considerada como uma doença social e a competência em informação pode ser uma vacina eficaz. Brisola e Bezerra (2018) fazem uma analogia parecida em que a desinformação seria a “mãe fortalecida”, as *fake news* seriam os “filhotes bem alimentados” e a competência em informação seria o “remédio contraceptivo”. Na concepção dos autores, o senso de dúvida despertado pelo pensamento crítico possibilita a geração de desconfiança quanto à veracidade das informações. “Essa simples desconfiança, mesmo que sem tempo hábil de analisar todo o volume de informação recebida, já pode frear substancialmente a proliferação das fake news e colocar em xeque o montante de desinformação a que estamos sujeitos” (Brisola; Bezerra, 2018, p. 3329).

Por último, os docentes apontaram a **regulação das plataformas de mídia** como um ponto a ser continuamente discutido e aprimorado para que se imponham limites quanto à produção de conteúdos na internet, responsabilizando-se os agentes propagadores de desinformação. Cabe salientar que ainda não há um consenso jurídico entre as sociedades democráticas, sendo que os países adotam formas de responsabilização distintas. Além disso, há que se considerar as dificuldades teórico-conceituais acerca dos limites entre liberdade de expressão, opinião e desinformação. A Unesco (2019) adverte sobre a censura e o autoritarismo que podem ocorrer por meio de uma regulação realizada sem o devido amparo de estudos aprofundados. Líderes autoritários poderiam utilizar aspectos da regulamentação para determinar o que é verdadeiro ou falso, veiculando informação desinformação como elementos propulsores do seu próprio governo, sem prestar cobertura crítica de seu próprio desempenho. Por outro lado, na concepção dos docentes, a ausência de regulamentação fornece a estrutura ideal para a produção de desinformação em grandes escalas, sem que os sujeitos sejam responsabilizados pelos conteúdos ou por seus efeitos negativos.

Acredita-se que os três elementos (interesse pessoal, desenvolvimento da competência em informação e regulação) podem contribuir significativamente para a

construção de uma sociedade pautada por princípios éticos e morais, fortalecendo a democracia e permitindo a construção de debates éticos acerca dos aspectos políticos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreende-se que o objetivo desta investigação foi alcançado, sendo possível identificar os impactos da desinformação na decisão política dos sujeitos a partir da perspectiva de docentes que ministram disciplinas sobre competência em informação e/ou desinformação nos Programas de Pós-graduação *stricto sensu* em Ciência da informação do Brasil.

Inicialmente, os docentes forneceram um cenário a respeito da desinformação, citando alguns elementos contextualizadores, como: quem são os sujeitos que consomem desinformação; a lógica de funcionamento dos veículos de mídia; e as características das informações falsas. Os elementos contextualizadores direcionaram as discussões sobre três níveis de impacto da desinformação na decisão política dos sujeitos, a saber: micro, relacionado às escolhas relacionadas às decisões pessoais e familiares; intermediário, que refere-se às relações sociais mais “alargadas”, como no ambiente profissional, universitário, social, etc.; e macro, que diz respeito às decisões ainda mais abrangentes, interferindo em questões políticas que permeiam toda a sociedade.

Além disso, os docentes apontaram algumas ideias sobre como evitar a proliferação da desinformação, abordando três aspectos: interesse pessoal, relacionado à capacidade do próprio sujeito em manter uma postura crítica com relação às informações; desenvolvimento da competência em informação, composta por habilidades técnicas e críticas; e regulação das plataformas de mídia, responsabilizando os agentes propagadores de informação falsa.

Considera-se que mais estudos sobre desinformação, competência em informação e política devem ser realizados em âmbito brasileiro para que se possa compreender e prevenir a produção, a apropriação e o compartilhamento de informações falsas, fortalecendo-se os princípios democráticos e a criticidade dos sujeitos.

REFERÊNCIAS

- ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew. Social media and fake news in the 2016 election. **Journal of Economic Perspectives**, Pittsburgh, American Economic Association, v. 31, n. 2, p. 211-236, 2017.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O sujeito informacional no cruzamento da Ciência da Informação com as Ciências Humanas e Sociais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2012, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: ENANCIB, 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/184435>. Acesso em: 09 jul. 2024.
- ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Pós-verdade: novo objeto de estudo para a ciência da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 1, p. 94-111, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/158349>. Acesso em: 09 jul. 2024.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BERTI, Ilemar Christina Lanson Wey. **Práticas e regime de informação**: os acontecimentos “Carta de Temer a Dilma” e “Marcela Temer: bela recatada e do ‘lar’”. 2018. 209 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUBD-BCDKNZ/1/20190405_tese_berti_ilemarchristinalansoniewey.pdf. Acesso em: 09 jul. 2024.
- BRISOLA, Anna; BEZERRA, Arthur Coelho. Desinformação e circulação de “fake news”: distinções, diagnóstico e reação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. 3316-3330. **Anais [...]**. Londrina: ENANCIB, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/102819>. Acesso em: 09 jul. 2024.
- CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 18. ed. São Paulo: Ática, 2018.
- FAGUNDES, Vanessa Oliveira; MASSARANI, Luisa; CASTELFRANCHI, Yuri; MENDES, Ione Mendes; CARVALHO, Vanessa Brasil de; MALCHER, Maria Ataíde; MIRANDA, Fernanda Chocron; LOPES, Suzana Cunha. Jovens e sua percepção sobre fake news na ciência. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 16, n. 1, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=394069991010>. Acesso em: 09 jul. 2024.
- HELLER, Bruna; JACOBI, Greison; BORGES, Jussara. Por uma compreensão da desinformação sob a perspectiva da Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 49, n. 2, p. 189-204, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/5196/5254>. Acesso em: 09 jul. 2024.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Jornalismo, fake news e desinformação**: manual para educação e treinamento em jornalismo. Unesco: [S. l.], 2019.

PARISER, Eli. **O filtro invisível**: o que a internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

SANTOS, Júlia Schettino Jacob dos; GERLIN, Meri Nadia Marques; MATA, Marta Leandro da. Desinformação e competência em informação: uma revisão de literatura a partir das bases de dados Brapci e BDTD. **Revista EDICIC**, [S. l.], v. 2, n. 3, 2022. Disponível em: <https://ojs.edicic.org/index.php/revistaedicic/article/view/154>. Acesso em: 09 jul. 2024.

SANTOS, Júlia Schettino Jacob dos; MATA, Marta Leandro da. Análise da produção científica sobre competência em informação e desinformação a partir das bases de dados Scopus e Web of Science. **Tendências da pesquisa brasileira em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 16, 2023. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/633>. Acesso em: 09 jul. 2024.

TUCKER, Joshua, GUESS, Andrew; BARBERA, Pablo; VACCARI, Cristian; SIEGEL, Alexandra; SANOVICH, Sergey; STUKAL, Denis; NYHAN, Brendan. Social media, political polarization, and political disinformation: a review of the scientific literature. **SSRN**, [S. l.], 2018. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3144139#paper-citations-widget. Acesso em: 09 jul. 2024.

VALENTE, Jonas. Regulando desinformação e fake news: um panorama internacional das respostas ao problema. **Comunicação Pública**, Lisboa, v. 14, n. 27, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cp/5262>. Acesso em: 09 jul. 2024.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Competência informacional – bases históricas e conceituais: construindo significados. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 38, n. 3, p.130-141, set./dez., 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v38n3/v38n3a09.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2024.

VITORINO, Elizete Vieira; PIANTOLA, Daniela. Dimensões da competência informacional (2)*. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 40 n. 1, p.99-110, jan./abr., 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v40n1/a08v40n1.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2024.

WARDLE, Claire. Fake news: it's complicated. **First Draft News**, 2017. Disponível em: <https://firstdraftnews.org/articles/fake-news-complicated/>. Acesso em: 29 maio 2024.